

# Ajuste é normal, diz Vellinho

## PORTO ALEGRE AGÊNCIA ESTADO

"Brasileiro tem vocação para sofrer. Quando sai do buraco, já começa a imaginar que vai entrar de novo." A ironia foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Paulo Vellinho, ao criticar as preocupações com as perspectivas do Plano Cruzado que vêm sendo manifestadas por diversos setores. Para Vellinho, o Programa de Estabilização Econômica não está "afundando", como consideram alguns empresários e políticos, sendo totalmente normais as necessidades de ajustes que se verificam. "O que está havendo é que essas necessidades são vistas com uma lente de aumento, para prognosticar o caos, o que absolutamente não corresponde à verdade", afirmou o empresário gaúcho.

Paulo Vellinho sustentou que a

cobrança de ágio não está disseminada, e condenou as pessoas e empresas que se submetem a essas cobranças. "Alguém que, por exemplo, paga ágio para receber um automóvel novo, está prestando um desserviço à Nação, não está remunerando a quem produz, e sim a um picareta", afirmou o dirigente industrial. Acrescentou que tampouco os empresários devem procurar "o caminho mais fácil" do pagamento de ágio. "O melhor é procurar a entidade de classe, que despersonaliza o problema e busca uma solução."

Para ele, o próprio governo deve agir com mais rigor, podendo inclusive determinar a proibição de exportação de determinados produtos que estejam em falta no mercado interno. Considerou que poderia ser o caso de ferro-gusa ou chapas de aço — setores que enfrentam o problema do ágio. Vellinho ponderou, ainda, que o governo deve assumir efetivamen-

te o controle do lançamento de novos produtos, incentivando os que realmente trouxerem aperfeiçoamentos mas "corrigindo as distorções", dos que são apresentados meramente "maquiados".

O empresário gaúcho reiterou que o governo precisa adotar medidas para controlar suas despesas. "O problema maior reside na reforma administrativa, que está sendo regida por um político da velha guarda, e precisaria ter à frente um profissional impessoal que buscasse a eficiência."

Vellinho disse que o ministro da Administração, Aluísio Alves, "primeiro mostra um excesso de 400 mil funcionários, e depois, como um 'mandrake', faz desaparecer o excesso". Acrescentou que, se fossem feitos apenas os cortes das pessoas que "recebem sem trabalhar", a folha de pagamentos do funcionalismo seria reduzida em 25%.